

PROVA DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS

DIREITO

QUESTÃO ÚNICA

10,000 pontos distribuídos em 40 itens

41. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- (B) O processo administrativo somente pode iniciar-se a pedido de interessado, motivo pelo qual não se admite denúncia anônima como propulsor de atuação pública.
- (C) É permitida à Administração a recusa de recebimento de documentos, mesmo imotivada, devendo as eventuais dúvidas serem sanadas com a consulta a profissionais da advocacia.
- (D) A delegação de funções será irrevogável e a responsabilidade, por conseguinte, será toda do delegante.
- (E) Sendo matéria de ordem pública, não se admite desistência de pedidos ou representações que ensejaram abertura de processos administrativos, sob pena de comunicação do ato ao Ministério Público para apuração de responsabilidades.

42. Sobre licitações e contratos administrativos é correto afirmar que:

- (A) o princípio do julgamento objetivo se refere especificamente às sanções aplicáveis aos licitantes ou contratantes faltosos.
- (B) o princípio da continuidade do serviço público está positivado na Lei 8666/93.
- (C) dispensa e inexigibilidade de licitação são conceitos idênticos em nosso ordenamento jurídico.
- (D) a oferta de melhores condições ou vantagens por parte do licitante vencedor é plenamente admitida na Lei 8666/93.
- (E) o procedimento licitatório previsto na Lei 8666/93 caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

43. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Ministério Público da União.
- (B) É facultada a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, mas somente na hipótese de previsão no plano plurianual.
- (C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
- (D) Somente por lei poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (E) Os atos de improbidade administrativa importarão, cumulativamente, em todos os casos, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

44. Sobre o direito ambiental na Constituição, e conforme a orientação jurisprudencial do STF é correto afirmar que:

- (A) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo ele caracterizado como bem de uso especial.
- (B) a educação ambiental é obrigação apenas da iniciativa privada.
- (C) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.
- (D) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida por ato do chefe do Poder Executivo de cada unidade federada, sem o que não poderão ser instaladas.
- (E) no tocante ao controle dos impactos ambientais, o estudo prévio de impacto ambiental será facultativo em regra.

45. Assinale a alternativa correta.
- (A) Sendo previsão constitucional que no Brasil o sufrágio é universal e o voto direto e secreto, pode-se concluir que inexistente no nosso país hipótese de eleição indireta após a Constituição de 1988.
 - (B) Os maiores de 16 anos e menores de 18 anos no Brasil tem como faculdade o alistamento e o voto; contudo, uma vez alistados, são obrigados a votar, sob pena de sanções previstas na legislação eleitoral em vigor.
 - (C) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Federais e Estaduais, os Senadores, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
 - (D) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
46. Sobre pessoa jurídica, assinale a assertiva correta.
- (A) Os partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público.
 - (B) A alteração do estatuto da fundação dispensa vista ao Ministério Público.
 - (C) Compete tanto à Assembleia Geral quanto ao Conselho de Administração alterar o estatuto da associação.
 - (D) No caso das sociedades, adquire-se a personalidade jurídica mediante a assinatura do contrato social.
 - (E) A decretação da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pressupõe a existência de fraude a credores.
47. Quanto à matéria de prescrição e decadência, assinale a assertiva correta.
- (A) Os prazos prescricionais e decadenciais não correm contra os absolutamente incapazes.
 - (B) É possível a interrupção da prescrição, que pode ser utilizada mais de uma vez pelo particular.
 - (C) Os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes, tendo em vista o princípio da autonomia da vontade.
 - (D) Aplicam-se à decadência, de regra, as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - (E) Os novos prazos prescricionais instituídos pelo Código Civil de 2002 têm aplicação imediata, sem a incidência de regra de transição relativamente aos prazos do Código de 1916.
48. Quanto às normas gerais sobre contratos, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. A função social do contrato prevista no art. 421 do novo Código Civil elimina o princípio da autonomia contratual.
 - II. Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente da existência de culpa.
 - III. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no novo Código Civil.
 - IV. O consentimento das partes contratantes é requisito objetivo de validade de um contrato.
- (A) Somente I e II estão corretas.
 - (B) Somente I e IV estão corretas.
 - (C) Somente II e III estão corretas.
 - (D) Somente II e IV estão corretas.
 - (E) Somente III e IV estão corretas.
49. Sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a alternativa correta.
- (A) O Conselho será presidido pelo Ministro oriundo do Superior Tribunal de Justiça, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
 - (B) Caso as indicações de membros integrantes não sejam realizadas por cada um dos legitimados, o próprio colegiado do CNJ então em atividade decidirá quem serão os novos componentes.
 - (C) Entre as competências do CNJ está rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de cinco anos.
 - (D) Entre as competências do CNJ está receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
 - (E) Apenas o Ministério Público e os Tribunais estão legitimados a indicar membros para compor o CNJ.

50. Sobre o controle de constitucionalidade no ordenamento constitucional brasileiro pode-se afirmar que o sistema atual:

- (A) expõe apenas a forma concentrada de controle em nível estadual.
- (B) acolhe controle difuso e concentrado, mas apenas em nível federal.
- (C) expõe apenas a forma difusa de controle para as normas municipais.
- (D) acolhe apenas o controle difuso e o concentrado, por autoridades federais e estaduais.
- (E) expõe apenas a forma concentrada de controle em todos os níveis federativos.

51. Assinale a alternativa correta.

- (A) Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados é competência concorrente entre a União e os Estados onde situar-se-ão as usinas de beneficiamento do material radioativo.
- (B) Legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho compete exclusivamente à União.
- (C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas bem como preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (D) Sistemas de consórcios e sorteios é típica matéria de competência suplementar municipal ou estadual, atuando em consonância com o que a União determinar.
- (E) Na competência concorrente, a superveniência de lei federal revoga a lei estadual já existente e formulada pelos Estados com base na sua competência legislativa plena prevista no art. 24 e parágrafos da Constituição Federal.

52. O controle de constitucionalidade no Brasil envolve os seguintes institutos:

- (A) Recurso Extraordinário e Recurso Especial, para fins de levar controvérsias para apreciação e decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, para fins de questionar, junto aos tribunais dos Estados, a constitucionalidade de atos normativos dos Governadores.
- (C) Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental, para fins de controle da regularidade de atos estaduais, municipais, distritais e federais contra a Constituição Federal.
- (D) Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental, para fins de controle da regularidade de atos estaduais, municipais, distritais e federais contra a Constituição Federal.
- (E) Representação de Inconstitucionalidade, para fins de os mesmos legitimados para ajuizar a Ação Declaratória de Constitucionalidade questionarem leis e atos normativos anteriores à Constituição em vigor.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) Aos portugueses com residência permanente no Brasil serão atribuídos os direitos inerentes aos brasileiros, salvo os casos previstos na Constituição Federal de 1988.
- (B) O aposentado, mesmo filiado, perde o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais na oportunidade da aposentadoria, salvo se esta ocorrer por invalidez.
- (C) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, menos em questões judiciais ou administrativas, onde será necessária a atuação do Ministério Público do Trabalho.
- (D) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- (E) É livre a associação profissional ou sindical, podendo a lei exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

54. Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, é indispensável que haja duas autorizações pela Câmara dos Deputados, sendo uma para abertura de processo por crime de responsabilidade e outra para processo por crimes comuns *propter officium*.
 - II. Ocorrendo vaga do Presidente e do Vice-Presidente, serão chamados em substituição o Presidente do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal, sendo convocadas novas eleições diretas caso reste apenas um ano para o final do mandato.
 - III. Ocorrida a dupla vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, aquele que for eleito nas novas eleições adquire o direito de novo mandato integral, que no Brasil é de quatro anos.
 - IV. Presidente e Vice-Presidente serão eleitos na mesma oportunidade, sendo que a eleição do primeiro importará a do segundo, eis que colocados sempre na mesma chapa.
 - V. Todos os Ministros de Estado no Brasil têm de ser maiores de idade e podem ser brasileiros natos ou naturalizados, menos o Ministro da Defesa, que tem de ser nato.
- (A) Somente I e II estão corretas.
(B) Somente I e III estão corretas.
(C) Somente IV e V estão corretas.
(D) Somente II, III e V estão corretas.
(E) Somente III, IV e V estão corretas.

55. Não se concede o “sursis” no crime de:

- (A) furto.
(B) deserção.
(C) apropriação indébita.
(D) lesão corporal.
(E) desacato a superior.

56. Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. A orientação do Supremo Tribunal Federal do Brasil atualmente está consolidada no sentido que as alegações de violação ao devido processo legal, à legalidade, à ampla defesa e ao contraditório, quando muito, conduzem a ofensa indireta ou reflexa, o que não autoriza o provimento de Recurso Extraordinário no caso.
 - II. O Recurso Extraordinário hoje, já em plena vigência da Emenda Constitucional 45 e com as alterações regimentais do STF, tem de ser interposto com preliminar de repercussão geral necessariamente, sob pena de não conhecimento. Isso não significa que o mesmo será conhecido, pois a análise da repercussão não impede que o Tribunal deixe de avaliar o recurso por outros motivos.
 - III. O Supremo reconhece com tranquilidade o cabimento de Recurso Extraordinário contra decisão relacionada a precatórios.
 - IV. As Súmulas Vinculantes podem ser editadas a pedido dos próprios membros do STF ou por provocação daqueles que tem legitimidade para ajuizar Ações Diretas de Inconstitucionalidade, sendo que a maioria necessária para sua aprovação ou revisão é de dois terços dos membros do Supremo.
 - V. Contra decisão judicial que contrarie súmula vinculante cabe Reclamação; contra decisão administrativa que contrarie súmula vinculante faz-se necessário ajuizar ação cautelar e, caso negada a decisão liminar, deve ser interposto Agravo de Instrumento para o tribunal competente, com Recurso Extraordinário ao STF caso não seja restaurado o respeito ao enunciado da referida súmula.
- (A) Somente I, II e IV estão corretas.
(B) Somente II, III e V estão corretas.
(C) Somente II, IV e V estão corretas.
(D) Somente I, II, III e IV estão corretas.
(E) Somente II, III, IV e V estão corretas.

57. Sobre a ordem econômica e financeira no Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) Os serviços públicos são indelegáveis e somente podem ser prestados pelo Estado diretamente ou através de suas autarquias, como é o caso do INSS.
 - (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado para fins de equilíbrio do mercado em geral.
 - (C) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e para o setor privado.
 - (D) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em empresas familiares, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
 - (E) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da soberania nacional, da propriedade privada, da função social da propriedade, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
58. Trata-se de crime que admite tentativa:
- (A) doloso.
 - (B) culposo.
 - (C) preterdoloso.
 - (D) unissubsistente.
 - (E) omissivo próprio.
59. Dois indivíduos desejando matar Tício a tiros de revólver, colocam-se de emboscada. Nenhum conhece o comportamento do outro. Ambos disparam, ao mesmo tempo, contra a vítima que veio a falecer alvejada que fora pelos tiros disparados por um dos revólveres. Não se apurou se os disparos partiram da arma de Mévio ou Semprônio. Assinale abaixo a resposta correta.
- (A) Os dois devem ser absolvidos.
 - (B) Os dois devem ser condenados por homicídio culposo.
 - (C) Os dois devem ser condenados por tentativa de homicídio doloso.
 - (D) Os dois devem ser condenados por homicídio doloso consumado.
 - (E) Um deve ser condenado por homicídio doloso consumado e o outro por tentativa de homicídio doloso.
60. Sobre a substituição das partes no processo. Assinale a alternativa correta.
- (A) A alienação da coisa litigiosa altera automaticamente a legitimidade da parte.
 - (B) A substituição voluntária da parte sempre será permitida quando houver consenso entre autor e réu.
 - (C) A morte de qualquer das partes sempre importará na substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
 - (D) A sentença proferida entre as partes originárias estende os seus efeitos ao adquirente da coisa litigiosa, mesmo que este não tenha ingressado na lide.
 - (E) O adquirente da coisa litigiosa poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, independentemente de consentimento da parte contrária.
61. Quanto aos prazos processuais, assinale a alternativa correta.
- (A) Os prazos fixados pelo juiz são interrompidos em feriados.
 - (B) Em nenhuma hipótese as partes não podem dispor dos prazos.
 - (C) Todos os prazos processuais estão fixados em lei, inexistindo possibilidade de alteração dos mesmos.
 - (D) Decorrido o prazo assinalado para a prática do ato, a extinção do direito de praticar o ato dependerá de declaração judicial.
 - (E) As partes podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos dilatatórios, desde que o requerimento seja formulado antes do vencimento do prazo e haja motivo legítimo.
62. Em relação à audiência de instrução e julgamento dos processos com rito ordinário, é correto afirmar que:
- (A) as partes, mesmo em comum acordo, não poderão adiar a audiência.
 - (B) após a inquirição das testemunhas será necessariamente encerrada a instrução.
 - (C) deverá ser iniciada com a manifestação das partes acerca das provas documentais.
 - (D) o Juiz deverá obrigatoriamente dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.
 - (E) os peritos e assistentes técnicos prestarão os esclarecimentos necessários solicitados pelas partes antes dos depoimentos pessoais e da inquirição de testemunhas.
63. Assinale o recurso a ser interposto da sentença de impronúncia no Tribunal do Júri.
- (A) Recurso de apelação.
 - (B) Protesto por novo júri.
 - (C) Embargos de declaração.
 - (D) Recurso em sentida estrito.
 - (E) Embargos infringentes e de nulidade.

64. De acordo com o CPP no processo comum a defesa poderá arrolar até quantas testemunhas:
- (A) 3
 - (B) 5
 - (C) 6
 - (D) 8
 - (E) 10
65. O crime de deserção se consuma com a ausência do militar de sua OM sem autorização por mais de:
- (A) 5 dias.
 - (B) 6 dias.
 - (C) 7 dias.
 - (D) 8 dias.
 - (E) 10 dias
66. A partir dos estudos em torno das respostas do réu nas demandas trabalhistas pode-se dizer que:
- (A) a contestação deve ser apresentada por escrito.
 - (B) a incompetência absoluta deve ser arguida sob a forma de exceção.
 - (C) das decisões proferidas em sede de exceção de incompetência, em nenhuma hipótese caberá recurso.
 - (D) recebida a citação a parte demandada tem 15 (quinze) dias para depositar sua defesa na secretaria da vara.
 - (E) nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição e incompetência.
67. Sobre a Contribuição de Melhoria é certo afirmar que:
- (A) somente pode ser cobrada pela União.
 - (B) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
 - (C) não tem limite total previamente estipulado, em razão das vicissitudes naturais de toda obra a ser realizada.
 - (D) a sua instituição depende apenas de Decreto do Chefe do Poder Executivo e ato específico do Ministro de Obras e Planejamento.
 - (E) sendo obrigação solidária, a cobrança da Contribuição será feita por zona, podendo ser exigido o valor global de um dos beneficiados e depois este cobrar, em regresso, dos demais beneficiados.
68. Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. O lançamento é efetuado sempre com base na declaração do sujeito passivo, na forma da legislação tributária, quando este presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
 - II. O parcelamento extingue o crédito tributário.
 - III. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo; recurso de ofício e iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
 - IV. Suspenso o crédito tributário, automaticamente também estará suspenso o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
 - V. Extinguem o crédito tributário, dentre outros, o pagamento; a compensação; a transação e a remissão.
- (A) Somente I e IV estão corretas.
 - (B) Somente II e IV estão corretas.
 - (C) Somente III e V estão corretas.
 - (D) Somente I, III e V estão corretas.
 - (E) Somente I, II e IV estão corretas.
69. Assinale a alternativa correta.
- (A) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e os atos declaratórios do Comitê de Política Monetária (COPOM).
 - (B) Todas as normas tributárias possuem vigência a partir da sua publicação em diário oficial.
 - (C) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa. Isso representa a impossibilidade de, no Brasil, haver retroatividade de normas tributárias.
 - (D) A autoridade administrativa, na ausência de disposição expressa, pode escolher entre a analogia, a equidade e os princípios do direito público para solucionar as questões a ela apresentadas, na ordem que melhor solucione o problema.
 - (E) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

70. O crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o deserto sendo oficial atinge a idade de:
- (A) 20 anos.
 - (B) 30 anos.
 - (C) 40 anos.
 - (D) 50 anos.
 - (E) 60 anos.
71. A concessão da suspensão condicional da pena na Justiça Militar da União compete ao:
- (A) Juiz-Auditor Corregedor.
 - (B) Ministério Público Militar.
 - (C) Juiz-Auditor.
 - (D) Conselho de Justiça.
 - (E) Superior Tribunal Militar.
72. O crime de homicídio praticado por um militar das Forças Armadas, contra civil em lugar sujeito à administração militar é julgado pelo:
- (A) Juiz-Auditor.
 - (B) Tribunal do Júri.
 - (C) Superior Tribunal Militar.
 - (D) Conselho Especial de Justiça.
 - (E) Conselho Permanente de Justiça.
73. No processo penal militar estando o réu preso por peculato o prazo para a conclusão da instrução criminal é de:
- (A) 10 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 20 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 50 dias.
74. Sobre os procedimentos trabalhistas:
- (A) cabe citação por edital no procedimento sumaríssimo.
 - (B) aplica-se o procedimento sumário nas causas acima de dois salários mínimos.
 - (C) a Consolidação das Leis do Trabalho indica a necessidade da pessoa jurídica ser representada por seu sócio.
 - (D) o empregado que não comparecer à audiência poderá, em certos casos, ser representado por outro empregado que pertença à mesma profissão.
 - (E) o empregador tem até 60 dias para ajuizar inquérito para apuração de falta grave do empregado estável, contados da data da suspensão deste.
75. Diz o artigo 77 do Código Tributário Nacional Brasileiro: “As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”. Diante disso, os serviços referidos neste dispositivo podem ser assim considerados.
- I. Utilizados pelo contribuinte efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título.
 - II. Utilizados pelo contribuinte potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
 - III. Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente II está correta.
 - (C) Somente III está correta.
 - (D) Somente I e II estão corretas.
 - (E) Todas estão corretas.
76. Nos termos da Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- I. Determinada empresa encontra-se em débito para com a Seguridade Social, uma vez que deixou de efetuar o recolhimento de contribuições previdenciárias que declarou em GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social. Nesta situação, esta pessoa jurídica pode contratar com o poder público federal.
 - II. Determinada contribuição de Seguridade Social teve a sua alíquota majorada por meio de lei publicada em 15/04/2010. Nesta situação, o início da exigência da contribuição calculada com base na nova alíquota pode ocorrer ainda no ano de 2010, desde que se respeite um intervalo mínimo de noventa dias, contados a partir da publicação da lei.
 - III. Uma Lei ordinária pode instituir nova contribuição para a Seguridade Social, diferente daquelas que já se encontram previstas no texto constitucional.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente II está correta.
 - (C) Somente III está correta.
 - (D) Somente I e II estão corretas.
 - (E) Somente II e III estão corretas.

77. Em relação às disposições constitucionais relativas à Previdência Social, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- I. A Constituição veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
- II. É possível ao servidor público ocupante de cargo efetivo e filiado a Regime Próprio de Previdência Social filiar-se também ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo.
- III. A Constituição assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente II está correta.
(C) Somente III está correta.
(D) Somente I e III estão corretas.
(E) Somente I e II estão corretas.
78. Com relação ao auxílio-acidente concedido pelo Regime Geral de Previdência Social, analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- () O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-acidente e será devido até a véspera de início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- () O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
- () Para fins de apuração do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria precedida de auxílio-acidente, o valor mensal deste será somado ao salário de contribuição do segurado, ainda que o total apurado seja superior ao limite máximo do salário de contribuição.
- (A) V – F – F
(B) V – V – F
(C) V – V – V
(D) F – V – V
(E) F – F – V
79. Considerando as disposições constitucionais e legais acerca do salário mínimo, assinale a alternativa correta.
- (A) O trabalhador poderá receber até 30% do salário mínimo *in natura*.
(B) No Brasil, o salário mínimo é definido em lei, mas há países que adota o sistema dos pisos salariais negociados por categoria.
(C) Em face das diferenças regionais, nos termos da Constituição Federal, o valor do salário mínimo varia conforme a zona econômica.
(D) O trabalhador não pode ser remunerado em valor inferior ao salário mínimo, de forma que, ainda que cumpra jornada inferior à legal, deverá receber a integralidade deste.
(E) O trabalhador que é remunerado por produção, tarefa ou comissão pode receber quantia inferior ao mínimo legal, em vista do critério utilizado para fixação da sua remuneração.
80. Em torno das convenções e acordos coletivos de trabalho assinale a alternativa correta.
- (A) A convenção e o acordo coletivos de trabalho são formas autocompositivas de solução dos conflitos trabalhistas, sendo produtos das negociações coletivas.
(B) Acordo coletivo de trabalho é o instrumento de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
(C) As Federações e, na falta desta, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais não poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, sendo esta atribuição tão somente pertinente aos Sindicatos.
(D) As convenções e os acordos coletivos dispensam prazo de vigência, sendo revogadas apenas por novos instrumentos.
(E) O processo de dissídio coletivo de natureza econômica poderá ser ajuizado independentemente de serem esgotadas as medidas relativas à formalização da convenção ou acordo coletivo correspondente.



FINAL DA PROVA